

Editorial

Os elogios do MCC à proposta cabo-verdiana ao MCA, do FMI à aplicação do IVA em Cabo Verde, do Banco Mundial ao programa HIV/Sida, referidos na imprensa nos últimos meses, são sinais encorajadores para quem, no meio a dificuldades várias, procura realizar o seu desenvolvimento.

Parafrazeando o escritor americano Mark Twain, um elogio merecido é combustível para vários meses de produção criadora, ainda por cima num país pouco dado a reconhecer a obra alheia. Por conseguinte, os elogios acima referidos significam acima de tudo que a administração cabo-verdiana, quando motivada, é capaz de grandes feitos.

Mas os elogios não nos devem fazer perder de vista que o país precisa a cada novo dia de mais e mais massa crítica, de gente que não se conforma com o mais ou menos ou com o "dexa bai", até porque não será pela via da mediocridade e facilitismo que Cabo Verde sairá da cepa torta. Mormente agora que estamos em vias de deixar os PMA para integrar os PDM.

Olhando para este 2004 que ora termina, é forçoso dizer que, infelizmente, nem tudo vai bem como o governo gostaria; felizmente, nem tudo vai mal como a oposição apregoa. E ainda bem. Entre os dois extremos há o país que pulsa a cada novo dia, que alcança novas metas e coloca a si próprio novos desafios. Mas há também o país que, impaciente e angustiado, se consome à espera do bem-estar que lhe prometeram e que tarda.

A Semana, jornal de referência dos cabo-verdianos, como produto desta sociedade, vibra como ninguém com as vitórias desta nação e sofre com as suas derrotas e frustrações. Por isso, mais do que um balanço opaco e burocrático, esta retrospectiva é uma avaliação do melhor e pior deste 2004 em Cabo Verde. O resultado deste exercício provavelmente não vai agradar a todos, e nem é esta a nossa intenção. Neste virar de página, que cada um faça o seu próprio balanço do que foi 2004 e tire as suas conclusões. É um exercício que vale a pena. Por isso todos os anos o dedicamos a Cabo Verde e aos nossos leitores.



CABO VERDE quase PDM

O ano em Cabo Verde termina com a notícia da graduação deste arquipélago a País de Desenvolvimento Médio, ainda que essa promoção só seja efectiva a partir de 2008. Apesar da sua saída do grupo dos Países Menos Avançados, Cabo Verde conseguiu ainda assegurar um período de "transição suave" a negociar dentro de pouco tempo com a ONU. Significa isto na prática que o país vai continuar a contar por mais algum tempo com os benefícios decorrentes do seu estatuto de PMA.

O anúncio oficial da nova situação de Cabo Verde aconteceu esta segunda-feira, 27, através do ministro dos Negócios Estrangeiros, Victor Borges, confirmando-se na verdade informações anteriores, algumas das quais avançadas em primeira-mão por **A Semana**, já na sua edição de 6 de Fevereiro. Este assunto seria ainda abordado em várias outras ocasiões, nomeadamente na edição de 6 de Agosto, em que se confirmava a decisão do Conselho Económico e Social da ONU em graduar Cabo Verde as Maldivas. Mas foi na edição de 13 de Fevereiro que este jornal mostrou as implicações de uma tal graduação, qualificando-a de "decisão transcendental" e um "passo gigantesco para os cabo-verdianos".

A confirmação dessa contingência, surgida agora pela voz de Victor Borges, soa como um presente de Natal, muito especial, embora com um sabor doce e amargo ao mesmo tempo. Doce porque é o coroar de 30 anos de esforços dos cabo-verdianos em prol do desenvolvimento do seu país e amargo porque, não obstante esses mesmos resultados, Cabo Verde padece ainda de graves e importantes vulnerabilidades.

Com efeito, as bolsas de pobreza que ainda persistem nestas ilhas comprovam que a luta pelo desenvolvimento está longe de ter atingido o ponto de não retorno. Segundo Victor Borges, a taxa de cobertura das importações pelas exportações é apenas de 12,3%, um bom ano agrícola

apenas garante 15% das necessidades do país em cereais, em resumo, o orçamento de investimentos de Cabo Verde é financiado a mais de 90% com recursos externos sob a forma de donativos, ajuda de fundo perdido ou empréstimos com taxas a perder de vista. Neste quadro a promoção a PDM acarreta riscos no mínimo apreciáveis.

Ainda assim, esta graduação é um reconhecimento de que valeu a pena. E há-de continuar a valer a pena lutar para que estas ilhas sejam uma terra de paz e progresso, que se constrói todos os dias, ilha a ilha, com trabalho e suor. Pois, quase 30 anos depois da sua independência, Cabo Verde está em vias de se juntar às Maurícias, Seychelles e Botswana, três dos poucos PDM que a África já forneceu ao mundo.

Neste lapso de tempo Cabo Verde conseguiu passar de um PIB per capita de menos de 200 dólares a cerca de 1500 dólares. Há 30 anos o arquipélago apresentava uma taxa de analfabetismo de 75%, hoje ela está reduzida a menos de 20%. A melhoria da qualidade de vida também é expressa na esperança de vida, acima dos 70 anos, quando em 1975 ela era inferior aos 50 anos. Poucos são os países, sobretudo em África, que se podem orgulhar de tamanho feito.

MCA

A inclusão de Cabo Verde na lista do MCA para 2004, devendo começar a retirar benefícios disso já em 2005, é outro importante acontecimento do ano. Nem a exclusão, por exceder em 20 dólares o PIB per capita imposto como teto pelo MCA no pacote de 2005, anula o efeito da vitória de 2004. Quanto mais não seja pelos milhões de dólares em jogo e que quando desembolsados e aplicados nos próximos três anos deverão ajudar a acelerar o crescimento econó-

mico e reduzir a pobreza no país.

O facto dessa selecção ter ocorrido entre 70 países, e de Cabo Verde ter sido o primeiro classificado de África e o segundo do mundo inteiro na lista dos 16 finalistas, vem precisamente mostrar que o país é competitivo, deve confiar em si próprio e partir para a luta quando necessários, em vez de lamuriar e culpar os outros pelos seus insucessos e desgraças. Nunca é de mais lembrar: o desenvolvimento é acima de tudo uma questão de atitude.

Em relação ao MCA de 2004, a luta prossegue e os dados estão mais do que lançados. Conforme o noticiado por 'A Semana Online' na segunda-feira, 27, os responsáveis do MCC estiveram, uma vez mais, há dias na Praia (desta feita em silêncio) para novos acertos com as autoridades cabo-verdianas e já solicitaram à Casa Branca a devida autorização para que, já em Janeiro, se comece a accionar os mecanismos de desembolso dos fundos disponibilizados a este arquipélago, podendo estes chegar aos 75 milhões de dólares.

Cabo Verde, segundo a mesma fonte, continua a ser o país cujo processo no MCA está mais avançado. E, num sinal de que a carruagem está realmente em marcha, o MCC já definiu que a função de agente do programa será exercido pelo próprio governo de Cabo Verde, no caso o Ministério das Finanças, sendo também o único país até agora a merecer essa confiança dos americanos.

E, para isso, o MCC aponta dois factores: a credibilidade do Estado de Cabo Verde e a credibilidade do seu sistema de gestão financeira. Aliás, o SIGOV, designação do software informático utilizado pelo Ministério das Finanças, tem sido altamente elogiado e passa pela apresentação regular das contas do Estado ao parlamento. E, note-se que o SIGOV foi concebido em Cabo Verde por técnicos nacionais do NOSI.

POLÍTICA

As eleições autárquicas de Março, vencidas pelo MpD, a Convenção deste partido em Novembro, a par da remodelação governamental de Abril, foram os factos mais importantes a nível da política em 2004. Um ano que deixou, uma vez mais, à vista a fragilidade dos pequenos partidos.



Um ano ventoinha

Do ponto de vista político, este foi um ano que correu às mil maravilhas ao MpD. Não só porque foi o vencedor das eleições autárquicas de Março, conquistando a maior parte das câmaras e colocando-se na rampa de lançamento para as legislativas de 2006, como também porque conseguiu realizar a sua VII convenção com três candidatos à liderança do partido, sem que, ao contrário das edições anteriores, tenha acontecido qualquer cisão.

Dir-se-ia que o MpD venceu o teste da democracia interna, ainda que restem por sarar algumas escoriações desse processo, algo de certo modo normal num país em que a democracia ainda está longe de ser um costume, como dizia o italiano Norberto Bobbio. O MpD conseguiu também inovar em 2004 ao introduzir o figurino da eleição directa do presidente do partido, o que não deixará de ter efeito nas demais forças políticas.

No campo do PAICV, além de amargar a derrota nas autárquicas em lugares que considerava seus (Sal) e de quase ter conquistado Porto Novo, os tambarinas introduziram um elemento novo na política cabo-verdiana, que é a indicação de seus candidatos através do sistema de primárias. Diga-se em abono da verdade que a experiência se limitou a São Vicente, não saindo dela o PAICV de todo ileso.

Ainda assim, trata-se de uma experiência política importante para o processo democrático no interior dos partidos, todos eles muito administrativistas e centralistas, e vivendo permanentemente o perigo de reduzir a democracia interna a uma caricatura.

Os resultados autárquicos tiveram outras implicações, além do reafirmar, uma vez mais, da bipolarização entre o MpD e o PAICV. Eles ditaram a deriva ou mesmo agonia dos pequenos partidos. Com excepção da UCID em São Vicente, todos os demais partidos do segundo escalão - PCD, PTS, PRD e até a UCID a nível nacional - parecem ter mergulhado numa crise de sobrevivência, que se arrasta até hoje. No PCD, Eurico Monteiro foi finalmente à vida, deixando interinamente no seu lugar João de Deus de Carvalho; na UCID António Monteiro tomou o lugar a Manuel Rodrigues. O PTS e o PRD não fedem nem cheiram.

GOVERNAÇÃO

O ano que ora termina também registou, no campo da governação, algumas mudanças importantes, a mais importante das quais a remodelação governamental ocorrida em Abril. Sob o estardalhaço da sua derrota nas autárquicas, José Maria Neves fez aquela que é até agora a mais importante mexida da sua equipa, prometendo um “*governo de mangas arregaçadas*” e até uma “*nova largada*”.

Victor Borges, até então o mais controverso dos ministros de JMN, passou da Educação para os Negócios Estrangeiros, entrando para o seu lugar na anterior pasta a charmosa e simpática Filomena Martins. Outras duas medidas de peso foram a convocação do histórico João Pereira Silva para a Economia e a promoção de João Serra a ministro das Finanças, depois de um curto “*estágio*” como secretário de Estado.

Em suma, a par de JMN, Basílio Ramos, Júlio Correia e Manuel Inocêncio, coadjuvado por João Baptista Pereira, continuam a ser o centro político deste governo. Na frente tecnocrática, João Serra chama a si o protagonismo da política financeira, que continua a ser o sector onde o governo se tem saído melhor. E João Pereira Silva na economia revela-se como o homem que o sector esperava há muito. E não é para menos, os operadores afirmam-se satisfeitos com o sentido prático deste governante e o sector começa finalmente a dar sinais de vida.

Sidónio Monteiro, apesar de colocado num ministério armadilhado por duas perigosas reformas (segurança social e trabalho), lá conseguiu sobreviver ao fogo dos sindicatos, ainda que ao custo de alguns recuos, nomeadamente o da reforma da previdência. Cristina Fontes e Madalena Neves, embora por razões diferentes, são também dois rostos visíveis deste governo que se pretende de “*mangas arregaçadas*” e de “*nova largada*”.

Do elenco governamental dir-se-ia que Ilídio Cruz (reforma do Estado) é o mais apagado dos seus pares, seguido de Ramiro Azevedo (poder local) e Américo Nascimento (juventude e desporto), enquanto Manuel Veiga (cultura), o último a entrar para este clube de notáveis, precisa de mostrar depressa para o que veio. Porque, de todos, é o que menos tempo tem para mostrar trabalho.

PODER LOCAL

A nível do poder local, tirando as eleições de Março, poucos são os factos que contribuíram para colocar esse sector na agenda nacional. A eleição de Américo Silva à presidência da ANMCV, a eterna reclamação de recursos que os Presidentes de Câmara fazem ao governo, a crise que se abateu por alguns dias em São Vicente com a eleição da mesa da AM foram, entre outros, alguns dos temas que chamaram a atenção para a existência do poder local em 2004.

E, numa altura em que todos clamam por mais recursos, fala-se na criação de mais cinco municípios, com o PAICV a querer seguir a onda que há uma década tomou conta do país, o multiplicar de concelhos, que no entanto quase nunca vem acompanhado do multiplicar de recursos. Da inframunicipalização, que seria uma forma de conter essa fome de municípios, ninguém fala nem reclama, como se isso não fosse fazer o poder chegar mais perto das populações, que é, recorde-se, o principal argumento dos paladinos do poder local.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

A instabilidade continua

O sector da comunicação social assistiu neste 2004, por um lado, a mais uma mudança da sua tutela política e, por outro, a uma prolongada crise na direcção da TCV. Isto num ano em que as organizações que acompanham os media no mundo consideraram Cabo Verde um país onde a liberdade de imprensa é globalmente respeitada.

A nível do governo saiu Jorge Tolentino e entrou João Baptista Pereira para se ocupar do sector dos media. Coincidência ou não, essa mudança logo se traduziu na resolução de alguns dossiers que há muito se encontravam a mofar nas gavetas dos sucessivos governos. É o caso da carteira de jornalista e do diploma que regula o funcionamento da comissão que vai emitir esse documento.

Ainda a nível institucional é de referir o tempo que se levou para encontrar o novo CA da RTC e dos sucessivos abalos ocorridos na direcção da TCV, o que faz da televisão o órgão mais instável da comunicação social nacional. Marcos Oliveira é o novo PCA da RTC e Isabel Mendes substituiu Orlando Rodrigues no comando da TCV.

A dinamização manifestada pela AJOC, nomeadamente na realização de encontros regionais dos profissionais do ramo e num curso de economia para jornalistas, é um outro facto positivo para o sector da comunicação social neste 2004.

A reparação da AJOC é, aliás, destacada por organizações que acompanham a situação da liberdade de imprensa em Cabo Verde, especialmente os RSF. Tanto esta como a Freedom House, apesar de um ou outro reparo, consideram que a situação da liberdade de imprensa no país é globalmente boa, à semelhança, aliás, do que acontece com várias outras liberdades, entre elas políticas e económicas.

ECONOMIA

O ano económico em Cabo Verde decorreu sob o signo do IVA, do aumento do preço dos combustíveis e de vários outros factos dignos de realce numa retrospectiva deste género. O aumento do fluxo turístico, o aparecimento do BCN e a compra da Ceris pela Cavibel são apenas alguns sinais de que a economia se mexe... Provavelmente não ao ritmo que todos gostariam, mas, ainda assim, longe da desgraça que certas vozes apregoam.



O ano do IVA ou o diabo não é tão feio como o pintaram

A introdução em Janeiro do IVA, como muitos se lembram, não foi isenta de sobressaltos e explorações de vária espécie. Assentada a poeira ficou-se a saber, mais uma vez, que o diabo, na altura travestido em forma de D. Iva, não é tão feio como o haviam pintado. É que, segundo o último relatório do Banco de Cabo Verde, graças ao IVA, que passou a concentrar vários impostos e taxas numa só tributação com uma redução significativa da carga fiscal, o preço da alimentação sofreu uma queda significativa neste 2004. A ponto de praticamente anular os dois drásticos aumentos de combustíveis, ocorridos em Junho e Novembro, e dos transportes de passageiros (Julho).

E, por via da queda geral dos preços, o ano termina uma vez mais em deflação, desta feita de 2% negativos, o que no entanto está longe de ser de todo positivo, no entender de certos economistas. Segundo eles, a deflação é tão pernicioso quanto uma inflação alta, por significar que a economia se encontra... adormecida.

Apesar do seu sucesso, a ponto de o FMI pretender que técnicos cabo-verdianos ajudem outros países africanos a adoptarem o IVA, esse imposto teve de passar por algumas correcções reclamadas pelos operadores. Uma delas aconteceu há poucas semanas com a redução de 15 para 6% do valor a cobrar às unidades hoteleiras, uma medida que satisfaz os operadores turísticos que conseguiram assim retomar a competitividade de Cabo Verde face a outros mercados (ver caixa).

De um modo geral, a economia ainda se encontra longe do crescimento desejado pelo executivo e exigido pela oposição. Na prática, a disciplina orçamental adoptada pelo governo, e elogiada pelos seus parceiros externos, continua a conter a expansão da economia real, reclamada pelos operadores e cidadãos.

Segundo o acima citado relatório do BCV, registou-se em 2004 um abrandamento da economia, devendo o PIB real situar-se entre 4 e 4,5%, sendo que o INE já trabalha

com uma estimativa de 5,5%, perto portanto dos 6% esperados pelo governo. E, para atizar o fogo do crescimento, o BCV decidiu há dias reduzir a sua taxa de Disponibilidades Mínimas de Caixa (DMC) na esperança de que os bancos comerciais venham a seguir-lhe o exemplo, baixando as suas taxas.

Mas vários outros acontecimentos marcaram a economia neste 2004. Na sua edição de 13 de Agosto, este jornal dava conta do aumento em flecha dos investimentos externos, com o sector da indústria a registar um crescimento de 247% e o do turismo 220% em relação ao primeiro semestre de 2003, num total de 27 milhões de dólares.

Números que mostram, na prática, o quanto os investimentos estavam reprimidos e que João Pereira Silva veio descomprimir com uma série de medidas práticas. Aliás, a entrada em cena desse governante no Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade é vista pelos operadores como um dos factos mais salientes ocorridos nos últimos tempos na área económica (ver Personalidades do Ano). A isso se soma também a substituição do Promex pela agência Cabo Verde Investimentos, presidida agora por Paulo Monteiro Jr.

A criação do Banco Cabo-Verdiano de Negócios (BCN), a compra da Ceris pela Cavibel, o aumento em 23% do fluxo do turismo decorrente da introdução dos voos charters na linha Sal-Lisboa, a aquisição pela Sonangol de 5% das acções da Cabo Verde Telecom (via Firma Vasconcelos Lopes), a construção da sede dessa petrolífera angolana na ilha do Sal e ainda o apoio da Holanda na promoção de pequenas e médias empresas em sistema de joint-ventures com cidadãos holandeses são outros tantos acontecimentos de relevo na área da economia em 2004.

A isso tudo se juntam as acções decretadas pelo ministro das Finanças, João Serra, no sentido de levar as empresas privadas a saldarem os seus compromissos com o fisco.

Afinal, deve-se acabar no país com a ideia de que apenas o pequeno contribuinte, apanhado na boca do cofre, paga impostos ou que só os otários não podem a eles escapar.

Sal, ilha barómetro

Se o Sal é o barómetro no que concerne ao turismo, podemos dizer que este foi, no geral, um ano bom para Cabo Verde. Quando tudo parecia perdido, com um péssimo início de ano em termos de fluxo turístico, o segundo semestre fez recuperar o sector para números melhores dos que os registados em 2003, no entender dos operadores turísticos contactados por A Semana.

Apesar da falta de números precisos, a maioria dos hotéis, quase sempre em época alta, tiveram uma ocupação à beira dos 80%. Um exemplo dos bons ventos é a redescoberta de Cabo Verde como destino de turistas portugueses, a julgar pelos dados da Morabatur, agência que trabalha principalmente com esse mercado, que registou um crescimento da sua clientela em cerca de 23%, em relação ao ano passado, tendo trazido este ano a Cabo Verde cerca de 10 mil turistas.

Outro sinal claro de que o turismo cabo-verdiano se encontra em pleno vapor, é o Hotel Funaná dos grupos Rio/TUI, de capital espanhol e alemão, que deverá abrir já em Setembro, em Santa Maria, com cerca de 500 camas, para até o último trimestre de 2005 funcionar com mil quartos.

Pena é que, a julgar pelas queixas dos locais, o número de turistas nem sempre se traduz em grandes negócios. Muitos donos de restaurantes e lojas se queixam do sistema de "All Inclusive" praticados pelos hotéis, - clientes gozam de pacotes com tudo pago, não precisando, por isso, de outras ofertas, que poderiam funcionar como um indutor da economia salense. A manter-se tal prática, o turismo no Sal corre o risco de se transformar numa ilha dentro de uma ilha, o que é de todo mau.

Em 2004 o ritmo de crescimento económico voltou a acelerar, depois de um abrandamento no primeiro trimestre do ano e que vinha acontecendo desde 2003. A crer na tendência ascendente do Indicador de Clima Económico verificado no segundo e terceiro trimestre deste ano, tudo aponta para um novo crescimento neste último quarto de 2004. Estima-se também que o PIB venha a ultrapassar o de 2003, em 0,2 por cento.



Economia volta a acelerar

O ritmo de crescimento económico recuou no primeiro trimestre de 2004, como, aliás, vinha acontecendo desde o segundo trimestre de 2003. Mas começou a recuperar no segundo trimestre, para ganhar um novo impulso no trimestre passado. Entretanto, embora o quarto trimestre esteja ainda em curso, tudo indica que haverá uma nova aceleração da economia no último quarto de 2004. Isto, claro, a crer nos negócios desta época festiva e nos últimos indicadores do Inquérito de Conjuntura do INE.

Os dois trimestres anteriores vieram acelerar de novo o ritmo de crescimento económico do país, com o indicador a situar-se em -

6, de acordo com o Inquérito de Conjuntura, diagnóstico que resulta das apreciações feitas ao nível de confiança dos empresários em sectores como a construção, comércio em estabelecimento, turismo, indústria transformadora e transportes e serviços auxiliares.

Este último, por exemplo, manteve no terceiro trimestre a tendência crescente, situando-se o indicador de confiança em 13. Esta evolução positiva dos Transportes e Serviços auxiliares deveu-se, segundo o INE, a uma ligeira redução dos preços, que fez aumentar a procura e aumentar o volume de negócios das empresas do sector. E, de acordo com empresários deste ramo de actividade, a tendência é

para nova baixa de preço nos próximos três meses e aumento no volume de negócios no quarto trimestre de 2004.

O indicador de confiança na Indústria Transformadora durante o trimestre parou em 11, com uma ligeira subida relativamente ao mesmo período do ano passado. Este comportamento favorável é justificado pelo INE com o acréscimo da rubrica "perspectiva de produção". Também foram determinantes, acrescenta aquele instituto, uma queda significativa no preço das matérias-primas e o aumento da capacidade de produção das empresas do ramo, o que fez crescer o volume de negócios das indústrias transformadoras.

Depois de muito tempo em queda livre, a confiança dos operadores de turismo começou também a aumentar. Segundo o INE, o indicador de confiança no turismo contrariou a tendência descendente e subiu para -6 no terceiro trimestre deste ano. Isto apesar de os operadores reconhecerem ter havido maiores obstáculos nas suas actividades em comparação com o terceiro trimestre do ano passado.

Não é só o ritmo de crescimento económico que está a subir. Segundo estimativas do Banco Mundial, o PIB para 2004 será de 5,5 por cento, um aumento de 0,2 pontos percentuais em relação ao ano passado.

INFRAESTRUTURAS



Finalmente o Aeroporto da Praia

A conclusão e entrega das instalações do novo Aeroporto da Praia e o início da construção da barragem de Poilão são os dois mais importantes factos a nível das infra-estruturas neste 2004. De negativo a interrupção a meio da construção dos centros de saúde da capital pela mesma empresa, Construções Silva, que deixou incompletas as obras do Liceu de Coculi, em Santo Antão.

As novas instalações do Aeroporto da Praia foram finalmente entregues ao governo, em Novembro passado, cumprindo-se assim uma promessa feita em Abril pelo ministro das Infraestruturas a Transportes, Manuel Inocêncio Sousa. Num país onde os prazos não se cumprem, e tratando-se de uma obra que corria o risco de ser incluída na lista da Santa Engrácia, a proeza não é de somenos importância. Resta agora torcer

para que a promessa e o desejo de inauguração sejam concretizados até o primeiro trimestre de 2005. Afinal, já não é segredo para ninguém o importante papel que cabe ao novo aeroporto na vida da ilha Santiago e até de Cabo Verde.

Ainda em termos de infra-estruturas públicas, é de referir a conclusão da asfaltação e ampliação da estrada São Domingos/Assomada, e o estado avançado de transformação da Avenida Cidade de Lisboa na Praia, que, quando concluída, irá ajudar Felisberto Vieira a dar uma outra pinta à sua "paixão atlântica". Ainda que ligado à área agrícola, esta retrospectiva não pode deixar de se referir ao início da construção da barragem de Poilão, em Santa Cruz, como um outro grande trabalho de vulto neste Cabo Verde que parece ter encontrado o caminho

da confiança e da realização.

A nota negativa deste ano vai para a interrupção e fuga do país do empreiteiro português que tinha a seu cargo a construção de um conjunto importante de centros de saúde. Antes, a mesma empresa já tinha falhado o contrato de construção do liceu de Coculi, na Ribeira Grande. Isto quando, no ano passado, este jornal advertira, já, para os problemas que a Construções Silva dava sinais de estar a passar. Neste Cabo Verde que se moderniza e se complexifica, a par da dimensão de todo este pacote de obras, não devia haver lugar para certos tipos de ingenuidade. Os centros de saúde que deviam ficar concluídos neste final de ano correm agora o risco de se juntarem às obras de Santa Engrácia, padroeira que em Cabo Verde parece ter assentado arraiais (ver pág. 12).

Novas tecnologias

O charme discreto do

NOSI

Num mundo cada vez mais inconcebível sem novas tecnologias de informação, o NOSI começa já a ser uma importante referência nacional. E o fórum que organizou em Abril deste ano, serviu para mostrar um pouco do trabalho que vem realizando no país em matéria de governação electrónica, informatização de vários serviços públicos e não só, num claro sinal de que Cabo Verde tem pernas para andar neste domínio.

E num sinal também de que o NOSI pretende ir longe está o acordo assinado com a Microsoft em meados deste ano e cujos resultados poderão ser importantes para o desenvolvimento das NTI neste arquipélago. A isso soma-se a implementação do projecto de munir cada escola, nos diversos níveis de ensino, com pelo menos um computador. Uma aposta em que, aliás, serão priorizadas as escolas secundárias.

Uma sugestão: dada a projecção que começa a ter em Cabo Verde, o NOSI merece sair da clandestinidade em que se encontra no edifício do Ministério das Finanças e ganhar instalações próprias e mais condignas com o seu estatuto.

DIPLOMACIA

Bons ventos

Um ano em cheio, em termos diplomáticos e de política externa. Cabo Verde foi visitado pelos presidentes Luís Lula da Silva (Brasil), Jorge Sampaio (Portugal), José Eduardo dos Santos (Angola) Joaquim Chissano (Moçambique) e pelo vice-presidente da África do Sul, Jacob Zuma. Também recebemos os presidentes do parlamento da Alemanha, Itália e esta semana o da CEDEAO. Algo há muito não visto num único ano, o que por si não deixa de ser politicamente relevante para um país que procura diversificar as suas relações com o mundo, sobretudo agora que a graduação a PDM nos espera quase ao virar da esquina (ver pág. 2).

Da parte cabo-verdiana, José Maria Neves continuou a ser neste 2004 o principal viajante do país. Esteve na China, Espanha, Bélgica, Portugal, Marrocos, Moçambique, São Tomé, etc. Pedro Pires, esse, privilegiou os contactos regionais (Senegal) ou multilaterais como a cimeira da Francofonia (Burkina Faso), assembleia-geral da ONU (Nova York), entre outros.

A diplomacia cabo-verdiana marcou pontos a outros níveis. Pela primeira vez um cabo-verdiano, Luís Fonseca, assume o comando da CPLP.

A julgar pelas delegações e reuniões regionais e de carácter internacional que aconteceram neste ora findo, a inserção destas ilhas no mundo vai acontecendo com boa dinâmica.

Ainda a nível externo, este foi o ano em que a eventualidade de uma aproximação à Nato esteve na ordem do dia, sem que isso tenha causado grandes engulhos internos. A isso se junta a sonhada parceria especial com a União Europeia.

As nossas relações com o mundo ficaram ainda marcadas pela inclusão de Cabo Verde no programa MCA e pela notícia da promoção deste arquipélago a País de Desenvolvimento Médio, algo por si demonstrativo do projecção internacional destas ilhas. Como aqui foi escrito meses atrás, são bons os ventos que sopram na frente externa.

Mais um ano difícil e nalguns casos de sufoco, sobretudo em certas regiões do país, nomeadamente as rurais. Ilhas como Santo Antão, Fogo e interior de Santiago continuaram a amargar os efeitos do mau ano agrícola e da escassez de trabalho. Que o digam também os trabalhadores da antiga Empa, na Praia, ainda a braços com o pagamento da parte final das suas indemnizações, com tudo de mau que esse atraso provoca.

O aumento do preço da água nos fontanários veio agravar a vida dos mais desfavorecidos da capital, além de ser contraproducente para uma cidade que se debate com graves défices de saneamento. A iluminação pública continua igualmente a marcar negativamente o país. Aliás, o adiamento dos investimentos prometidos aquando da privatização da Electra, de que os cabo-verdianos, com a alienação da empresa, haveriam de ter energia e água a melhores preços até hoje não se concretizaram. Isso para não falar da electrificação rural.

De positivo a regularização do pagamento das pensões sociais. Até Porto Novo, o caso mais escandaloso, já que enviado o dinheiro pelo governo para a anterior CM, esta deu um outro destino à verba, deixando centenas de pensionistas à sua sorte, com dificuldade, o novo edil, Amadeu Cruz, vem normalizando os pagamentos sem deixar no entanto de lembrar que a culpa não é dele. O que significa que, sem o fazer directamente, responsabiliza o seu antecessor, Joel Barros, seu companheiro de partido, pelo sucedido.

Mas o ano ficou marcado ainda pelo braço-de-ferro entre o governo e os sindicatos, desta feita em torno da reforma da segurança social, para tudo acabar bem no fim. Ainda em relação aos sindicatos, um estudo, cuja conclusão é contestada pela CCSL, veio comprovar o que há muito não é segredo para nin-



guém: a supremacia da UNTC-CS.

O sector social foi ainda marcado pela campanha de solidariedade a favor dos cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe. Uma iniciativa que nasceu depois da deslocação a esse país, em Agosto, de José Maria Neves, que não conseguiu conter as lágrimas diante da penúria em que se encontram os nossos patrícios. Mas parte deles já recebe da Cidade da Praia uma pensão mensal de 15 dólares e na busca de melhores condições de vida este foi o ano seis professores cabo-verdianos foram enviados ao Príncipe para assegurar a educação de jovens cabo-verdianos cujos pais não podem pagar a continuação dos seus estudos secundários em S. Tomé.

ALCOOLISMO

Na área da saúde, o acontecimento mais relevante é a introdução dos anti-retrovirais no sistema público. Não menos importante é o aumento de número de médicos, passando desde Novembro todos os concelhos do país a serem servidos por pelo menos dois profissionais.

Na luta contra o HIV/SIDA, o programa cabo-verdiano foi considerado pelo Banco Mundial como sendo "altamente satisfatório", a mais alta classificação dessa instituição. Dos 24 países africanos em que o BM financia esse tipo de programa, a Cidade da Praia ficou classificada em primeiro lugar, o que não deixa de ser prestigiante.

JUSTIÇA E CRIMINALIDADE

O ano em que o polvo

O atentado contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva, a apreensão de mais de 500 quilos de cocaína nos aeroportos do país e a extradição de cinco ucranianos ligados ao narcotráfico são factos que marcaram o ano no sector da justiça e a luta contra a criminalidade. Mas serviram para mostrar também que Cabo Verde não pode continuar a ignorar o avanço da criminalidade, nem tão-pouco esmorecer no combate a esse tipo de fenómeno sob pena de pôr em causa a sua credibilidade como Estado respeitado pelos seus cidadãos e pela comunidade internacional.

O atentado contra o procurador Arlindo Figueiredo e Silva ocorrido há cerca de um mês na Praia foi, sem dúvida, o facto mais chocante e mediático ocorrido em Cabo Verde em 2004 no sector da justiça e da luta contra a criminalidade. Pelo seu impacto, esse incidente praticamente atirou para o segundo plano os outros acontecimentos, al-

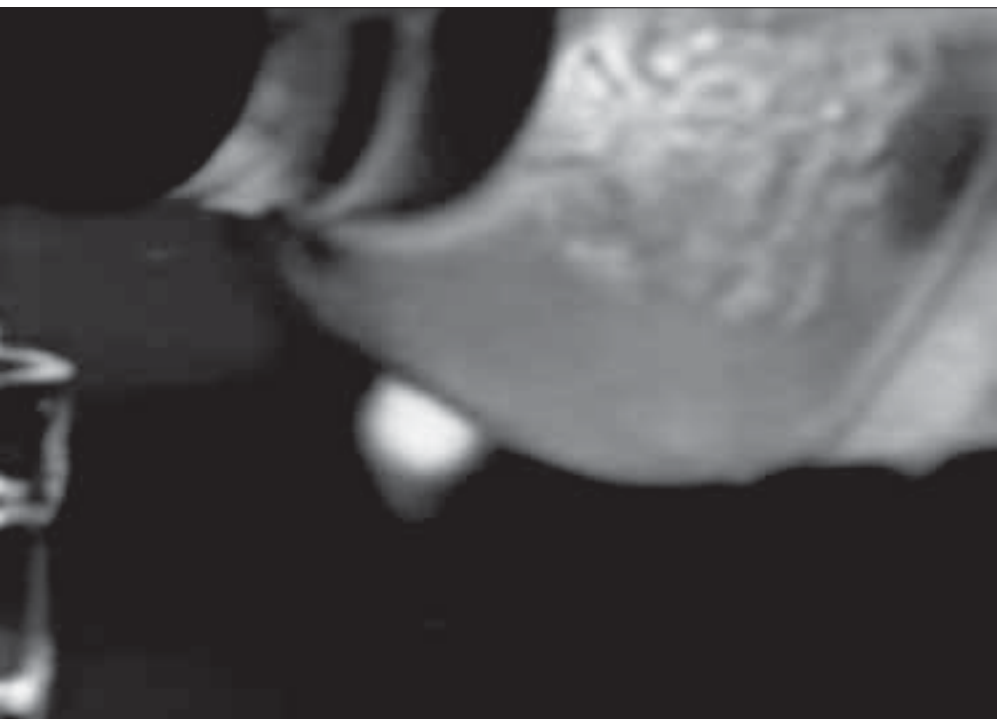
guns importantes para o sector da justiça e da ordem interna.

Seja como for, o caso Figueiredo e Silva não pode ofuscar o desempenho das autoridades policiais no combate ao crime, especialmente do narcotráfico, num ano em que sobretudo a Polícia Judiciária marcou excelentes pontos na luta contra esse tipo de crime. A apreensão, nos aeroportos do país, de mais de 500 quilos de cocaína e a prisão de vários cidadãos envolvidos nessa prática, a prisão em Portugal do empresário Tchuntchum, dono das Construções Santana, entre outras tantas operações vieram mostrar a dimensão que o fenómeno da droga adquiriu em Cabo Verde. A isso se soma a extradição em Julho dos cinco ucranianos, presos no ano passado em São Vicente, durante uma operação conjunta da PJ cabo-verdiana e sua congénere de Espanha.

A entrada em vigor, em Junho, do novo Código Penal; o relatório

cial ao alcoolismo

os anti-retrovirais e a campanha de solidariedade para com os cabo-
es ocorridos na área social neste 2004. Um ano em que a UNTC-CS foi
és de um inquérito contestado pela sua rival CCSL.



to cedo, a constituir um “*peso enorme*” não só para as estruturas de saúde pública já que são sucessivamente internados com problemas no fígado, no esófago ou com descompensações psicológicas, como também para as próprias famílias. Não será à-toa, de resto, que o número de doentes a sofrer de cancro de esófago tem aumentado nos últimos anos.

Em função deste angustiante caso de saúde pública, os médicos pensam que chegou a hora de encarar o consumo exagerado do álcool como um dos maiores desafios da saúde pública em Santo Antão pois, como costumam dizer, “*as bebidas alcoólicas são as drogas pesadas*” daquela ilha. Um problema que, infelizmente, com igual ou menor gravidade, se estende a outras partes do território nacional, daí a pertinência deste alerta.

SEGURANÇA

Mas o mal-estar que parece afectar o país manifesta-se através de outros sintomas. O fenómeno das crianças de rua e na rua é um deles. O caso tornou-se visível este ano na ilha do Sal, onde uma série de assaltos, furtos e ataques a turistas e não só, praticados por esses menores e não só, colocaram operadores, autoridades e a ilha em geral em estado de alerta. Uma acção algo polémica, mas que de facto também trouxe alguma tranquilidade à ilha foi a actuação concertada do ICM, CM e POP de reencaminhar esses menores para São Vicente, sendo que sete deles tinham fugido de casa, ou sido abandonados pelos familiares.

Outra questão social mal resolvida e que quase ia provocando um incidente de maiores proporções foi o choque entre a polícia e cidadãos da costa africana, em Outubro, que resultou em 19 apreensões e uma viatura da POP danificada. Após esse incidente cerca de 10 imigrantes em situação ilegal foram repatriados para os seus países de origem.

Ainda no domínio da saúde pública, há um facto que preocupa de modo particular os responsáveis do sector: o alcoolismo. Em Santo Antão, onde o fenómeno salta à vista, o médico Arlindo do Rosário defende a criação de um programa específico de luta contra esse mal.

Os médicos falam em mais de três dezenas de mortes directamente ligadas ao alcoolismo na Ribeira Grande nos últimos cinco anos, fora os sucessivos internamentos de indivíduos em coma alcoólico ou com descompensações psicológicas.

Arlindo do Rosário, delegado de Saúde da Ribeira Grande, chama a atenção para o facto de o alcoolismo se ter “*tornado um caso sério de saúde pública, ao qual todos devem*

dispensar maior cuidado”. Ele defende (mesmo sabendo que existe um plano nacional de combate à droga) que se deveria criar um programa especial para combater o alcoolismo, à semelhança daquele direccionado às doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo.

Aliás, em quase toda a ilha é visível o estrago que o álcool (sobretudo da aguardente, produzida a partir do açúcar refinado misturado com produtos tóxicos: lixívia, detergentes e até ácido sulfúrico) provoca na fisionomia das pessoas. Jovens que começam a consumir aguardente ainda na tenra idade, viciam-se logo e na altura em que poderiam começar a produzir, aos 17-18 anos, já são dependentes e não conseguem trabalhar.

E são esses alcoólatras que, passam, mui-

mostrou os tentáculos

do Conselho Superior da Magistratura Judicial sobre o estado da justiça, onde pela primeira vez é o próprio judiciário a pôr o dedo em algumas feridas do sistema (morosidade, produtividade, condutas impróprias...), o castigo a alguns magistrados por práticas sociais incorrectas (Evandro Carvalho, José Landim e Circe Neves) pelo Conselho Superior do Ministério Público, e de Magistratura, respectivamente; o processo disciplinar e queixa-crime instaurados pela procurador-geral da República, Franklin Furtado, ao ex-procurador Henrique Monteiro, por passar documentos relativos ao caso Enacol ao jornal Expresso das Ilhas, quando se recusara a fazer o mesmo à CIP que investigou o mesmo dossier, vieram mostrar, enfim, que os chamados homens da lei não estão acima da lei.

Ainda que em termos negativos, este foi também mais um ano em que a polémica em torno da Ordem dos Advogados continuou e ga-

nhou novos contornos. A sindicância ordenada pelo governo confirmou as irregularidades e ilegalidades que acompanharam o processo de instalação da OACV. Irregularidades e ilegalidades essas que haveriam de prosseguir, segundo denúncias do grupo de Felisberto Vieira Lopes, com a eleição da nova direcção, que agora tem à testa Carlos Veiga. O todo a configurar um quadro em que o governo é acusado por uns e por outros de não ter mão tanto sobre a OACV como sobre certos vespeiros existentes no sector da justiça.

De lamentar ainda neste 2004, o caso que culminou na saída do país de Phillipe Aschaman, cidadão luxemburguês e anterior responsável da Cooperação Luxemburguesa em Cabo Verde, denunciado de práticas de pedofilia, sem que o caso fosse devidamente esclarecido pela justiça. Isto num ano em que a questão da violação e maus-tratos de menores esteve, várias vezes, na ordem do dia.

GRANDE EVENTOS

Arlindo e Cabral

A consagração de D. Arlindo Furtado como bispo do Mindelo (Abril) e o Simpósio Internacional Amílcar Cabral (Setembro) foram os dois mais importantes eventos do ano em Cabo Verde. Isto num país onde os festivais de música e de teatro, a par de feiras comerciais, praticamente entraram na rotina, deixando por isso de merecer qualquer destaque em termos de retrospectiva.

O acto de consagração de D. Arlindo Furtado, realizado em Abril, na Praia, foi o acontecimento que mais gente mobilizou em 2004, com largos milhares de fiéis a se concentrarem no largo da Cruz do Papa. O mesmo júbilo haveria de se repetir à chegada do novel bispo ao Mindelo, onde outros tantos milhares de crentes o aguardavam para lhe dar as boas-vindas que se impunham na sua nova vida e missão de sacerdócio.

Numa outra esfera, mais política, Cabo Verde foi palco de um outro importante evento, o Simpósio Internacional Amílcar Cabral. A vida e obra do fundador do PAIGC foram exaltadas e analisadas por personalidades nacionais e estrangeiras de vários quadrantes e origens políticas, algo raro ainda hoje em África. Cabo Verde rendeu, pois, uma homenagem à altura de Amílcar Cabral, por ocasião dos 80 anos do nascimento deste líder da nacionalidade.

A ocasião serviu também para a Unesco chamar a si a realização da próxima edição do simpósio, a acontecer dentro de dois a três anos em Paris. A republicação dos livros de Amílcar Cabral foi uma outra importante decisão do encontro da Praia, que urge materializar.

Um outro grande evento foi o fórum sobre as novas tecnologias de informação, realizado pelo NOSI, em Abril. Uma oportunidade que serviu para discutir os problemas que se colocam ao sector, das novas tecnologias de informação e comunicação em Cabo Verde. Mas o ano termina sem solucionar a polémica instalada à volta do preço (elevado) que os cabo-verdianos são levados a pagar para não serem excluídos desse maravilhoso mundo novo.

Sociedade civil

DEFESA DO CONSUMIDOR PROCURA NOVO FÔLEGO

Defesa do consumidor, solidariedade para com os cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe e a criação da Fundação Direito e Cidadania são alguns dos destaques do ano a nível da sociedade civil. Isso sem contar com a crescente afirmação das Associações dos Deficientes, das organizações em prol dos direitos das crianças, dos jovens, do desporto, a mostrar que a sociedade quer tomar conta de si e dos seus direitos. É a cidadania no seu melhor.

A revitalização da Adeco, agora sob a direcção de António Pedro Silva, e o surgimento da Prodeco na Praia, dirigida por Eurico Borja, são dois factos ocorridos em 2004 e que se enquadram no esforço de estabelecer no país organizações de defesa de consumidor. Uma necessidade premente, que é acima de tudo um exercício de cidadania, cada vez mais necessário diante da actual natureza da economia cabo-verdiana.

A Fundação Direito e Cidadania, ao surgir em meados deste ano, veio reforçar os fundamentos desta cidadania que vai tomando corpo nestas ilhas, tendo à frente dos seus órgãos os juristas Jorge Carlos Fonseca, David Hopffer Almada e Eurico Pinto Monteiro. Cursos de pequena duração alusivos ao direito penal e à promoção dos direitos humanos foram algumas das iniciativas promovidas até aqui, na Praia, Assomada e Mindelo, além de outras em preparação, levam o país a crer que está diante de um projecto com pernas para andar.

A campanha de fundos para os cabo-verdianos em S. Tomé e Príncipe, realizada depois que o país viu, através da televisão, a penúria a que estão reduzidos aqueles patrícios, é um dos muitos gestos de solidariedade saídos do seio da sociedade civil neste ano de 2004, em favor dos demais desfavorecidos do país. Ainda que os resultados tenham ficado aquém do esperado, não deixa de ser um gesto a ter em devida conta.



CASOS

Em matéria de "faits-divers" 2004 foi um ano fértil. Devassa da intimidade de um numeroso grupo de mulheres via CD-Rom, contas de telemóveis mal-paradas, agressão a um membro do governo por militares, tentativas de envolvimento de um outro governante num suposto caso de pedofilia, etc. Dir-se-ia que o diabo andou solto pelas ilhas.

Devassa da intimidade de um numeroso grupo de mulheres, que se deixaram fotografar nas mais variadas situações e que depois viram as suas imagens a passar de mão em mão através de um CD-Rom, foi provavelmente o caso mais escaldante do ano. Essas fotos, a expor toda a intimidade feminina crioula em poses "provocantes", teriam sido tiradas pelos namorados ou amigas há muito tempo. Mas vieram apouquentar a tranquilidade dessas mulheres (hoje com novos companheiros ou maridos), que viram da noite para o dia a sua intimidade escancarada na Internet.

Não menos bombástica foi a tentativa de envolvimento do ministro das Finanças João Serra numa rede pedófila. A acusação partiu de Regina Weidmann, avó de uma criança de oito anos, que querendo vingar-se do governante que não atenderia numa reclamação fiscal, enrolou-o numa história mirabolante, que meteu pelo meio dezenas de pessoas, crianças e um jardim-escola na capital. Weidmann queria que o go-

verno lhe pagasse danos na sua casa, onde funcionava o Promex, mas João Serra recusou por ela estar em dívida para com o Estado. Depois de ter detonado a bomba e sem fundamento para sustentar a sua acusação, Regina Weidmann pôs-se ao fresco no estrangeiro sem que ninguém lhe barrasse o caminho na fronteira.

Escandalosa foi também a agressão a um membro do governo por um grupo de militares. Aconteceu na noite de 15 de Agosto, quando o secretário de Estado Adjunto, João Baptista Pereira, passeava perto do miradouro Diogo Gomes, contíguo ao Palácio da Presidência da República. Por falta de comunicação ou outro motivo ainda por apurar, o certo é que um grupo de fuzileiros à paisana agrediu com socos e pontapés o governante, alegando que assim tentavam "neutralizar" um eventual "inimigo" que disparara por duas vezes em zona de segurança. A versão exacta desta história ainda se desconhece: os militares afirmaram que apenas reagiram aos disparos de João Baptista; este assegura que carregou no gatilho para espantar aquele grupo de jovens que caminhava em sua direcção, para perpetrar um acto que considerou injusto e premeditado.

Na mesma altura em que o país se centrava no caso João Baptista Pereira, vinha a público um novo escândalo: governantes do anterior governo tinham

continuado com os telemóveis e respectivos cartões internacionais que lhes foram facultados pela TMN (antes da entrada do serviço móvel da CVT) no tempo em que ainda estavam no poder. A operadora portuguesa apresentou ao Estado, através da CVT, uma factura de 10 mil contos, referente a chamadas efectuadas por esses telemóveis entre 2001 e Abril deste ano. Gualberto do Rosário e Rui Figueiredo Soares são alguns dos envolvidos neste escândalo, assumindo ambos a factura.

Antes, em Julho, o país havia sido confrontado com um outro caso que põe em xeque as instituições do país: o procurador da República na Comarca de Santa Catarina, Evandro Carvalho, foi indicado como o principal suspeito de ter atropelado e abandonado dois sinistrados na estrada de São Filipe, Praia. Apesar de negar o seu envolvimento nesse acidente, a verdade é que a Polícia Judiciária já entregou ao Ministério Público o processo que confirma o nome daquele magistrado como sendo o principal suspeito no acidente de São Filipe. E, neste momento, o caso já chegou ao STJ, enquanto o Conselho Superior do Ministério Público manda instaurar um processo disciplinar contra Carvalho, que este ano foi castigado num outro processo em que ele e o seu meio irmão José Landim são protagonistas (ver centrais).

Lista de espera

Não obstante as realizações, Cabo Verde termina o ano com vários pendentes. Alguns deles devem-se provavelmente à crónica falta de recursos financeiros e até humanos do país, mas há-de haver casos de uma não menos crónica falta de cultura de resultados e quiçá de respeito pela palavra dada. A **Semana** fez um levantamento desses pendentes e constata que a falta de cultura de resultados é generalizada, afectando tanto o sector público como o privado. Eis, pois, uma lista de obras, projectos e dossiers que transitam de 2004 para 2005, havendo até casos de outros que se arrastam há vários anos.

Novo aeroporto da Praia; novo edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que se encontra pronto há mais de ano, mas que continua fechado; Bolsa de Valores; Banco de Investimentos e Desenvolvimento; Centro de Estágio da Federação Cabo-Verdiana de Futebol; Congresso do PCD e do PRD; arranque da construção da Policlínica do Sal; transformação da sede da antiga Empa na Casa do Cidadão; transformação das instalações da antiga Transcor na nova sede da Polícia Judiciária; reestruturação dos media do Estado, com definição de contrato de prestação de serviços para a RCV, TCV e o Estado; reestruturação do jornal Horizonte; conclusão dos liceus de Cocoli, Assomada e S. Filipe, bem como dos centros de saúde da Praia; Provedor de Justiça; Código do Processo Penal; Código Laboral; agressão ao jornalista José Mário Correia pelo advogado José Manuel Pinto Monteiro que continua sem julgamento;

Polícia Nacional, Unidade Anti-terrorismo e Serviços de Informação da República; cartão Visa; cartão Jovem; Pousada da Juventude, em Serrado, Santa Cruz; Sociedade de Desenvolvimento do Sal, Boa Vista e Maio; Projecto da Tecnical e CMP para a Praia Negra, com a construção de duas torres, áreas comerciais, piscina olímpica, parque de karting e parque de estacionamento para 800 carros; Santiago Golf Resort; ampliação da Cadeia de São Martinho; reanálise do contrato de concessão entre o Estado e a Cabo Verde Telecom; TV por cabo; dessalinizador do Porto Novo; fábrica de cimento do Porto Novo; companhia charter TACV/Stefanina; barcos da Moura Company; Fundo de Desenvolvimento Municipal; Fundo Nacional da Cultura; importação de areia da Maurítânia; Centro Nacional de Artesanato; inquérito empresarial e adopção do novo sistema de cálculo de inflação pelo INE; Palácio da Justiça de São Vicente; evacuação do Quartel Jaime Mota e sua transformação num centro cultural; estatuto especial da Praia; estádios do interior de Santiago; iluminação do estádio da Várzea com equipamentos do antigo estádio das Antas; Hospital Regional do Interior de Santiago; Hotel de quatro estrelas em Santa Cruz; marina de Santa Cruz; anel rodoviário do Fogo; troca do relvado do Adérito Sena por um artificial; pista de atletismo no Sal; término das obras na estrada São Domingos/Assomada; arranque das obras de ampliação e asfaltamento da estrada Praia/São Domingos; campanha de luta contra a Sida

da Moura Company; restauração da Casa Padja; retirada das carcaças e escombros das ruas da capital; Parque eólico de Ribeira de Vinha...

E, num reflexo do que está transformado este país, nem o parlamento escapa. Volvidos os cinco anos da última revisão constitucional, este devia ser o ano da nova revisão da CR; por rever continua também o regimento da Assembleia Nacional - chegou-se até a nomear e a empossar uma comissão para o efeito; o Código Eleitoral, que só por um milagre acontecerá em Janeiro de modo a ser aplicado nas próximas eleições legislativas; por eleger continua o quinto juiz para o STJ; o Conselho da Comunicação Social mantém-se inactivo por falta de escolha de novos membros, um assunto que se arrasta desde 2001, por culpa exclusiva, diga-se em abono da verdade, do MpD, que se recusa a indicar os seus elementos. A responsabilidade dessa força política não é menor em relação à revisão do estatuto da oposição, já que por ser o principal partido oposição, por tradição, cabe-lhe formular a proposta nesse sentido. Por resolver continua igualmente a lei de financiamento dos partidos políticos e aqui a culpa é repartida entre o PAICV e o MpD.

Enfim, neste Cabo Verde de Esperança, variadíssimos outros exemplos poderiam ser apontados de como o país se adia, simplesmente porque, muitas vezes, não se cumprem os prazos e, o que é mais grave, não se cumpre com a palavra dada.

PERSONALIDADES DO ANO

Política

Agostinho Lopes



É assumidamente a figura política do ano. Com ele o MpD venceu as autárquicas de Março; em Novembro, conseguiu reeleger-se líder do seu partido. Tem agora o MpD a seus pés e pode preparar-se para o grande embate de 2006.

José Maria Neves

Um ano contraditório. De um lado grandes realizações, com muitos presentes do exterior (MCA, PDM...), do outro nem por isso. Porque, se em 2004 conseguiu vencer JMN muitas empreitadas a nível macro, na frente "micro" continuam por satisfazer muitas aspirações, essas que dão votos e fazem renascer a esperança junto da grande maioria dos cabo-verdianos. Diplomata empenhado, pode gabar-se de ter lançado Cabo Verde no mundo, credibilizando as suas instituições, enquanto na frente interna se afirma como um político hábil, de verbo fácil, marcando sempre pontos quando o assunto é debate político. Do lado escuro da lua de JMN resta, porém, a derrota do PAICV, a gaffe da "maioria sociológica" nas autárquicas, e o sonho bastas vezes apregoado da "transformação de Cabo Verde", do "take off", um desejo que insiste em ficar no "vamos fazer".



João Serra



A sua gestão rigorosa no MFP começa a traduzir-se em resultados. Conseguiu neste ano reduzir as despesas de funcionamento do Estado em um milhão de contos, cerca de 12,5%. Ao terminar o ano, logra ter os salários dos funcionários pagos a 15 de Dezembro e as contas do Estado em dia, podendo a execução do OE ser acompanhada via Internet por quem quiser. Isto num ano em que, pela primeira vez, o país teve praticamente de viver com recursos próprios. A credibilidade do MFP é tal que o MCC aceitou que seja esse ministério a dirigir o programa do MCA para Cabo Verde. Não é à toa que o tentaram destruir.

Basílio Ramos



A introdução e distribuição dos anti-retrovirais, as perspectivas que se abrem aos sectores da oncologia e da hemodiálise, para além das obras nos hospitais da Praia e Santa Catarina, e a resolução das reivindicações do pessoal médico e de enfermagem, fazem dele um dos destaques do ano. Mas não se pode ter tudo: viu passar para mãos adversárias a câmara do Sal, pela qual respondia politicamente a nível do PAICV.

João Pereira Silva

A sua escolha para dirigir o MECC veio dar um novo fôlego ao sector da economia. Pragmático e decidido, em poucos meses desemperrou vários dossiers perdidos há anos nos labirintos do Estado, para satisfação dos operadores, que dizem ter encontrado, finalmente, um interlocutor à altura dos seus inúmeros problemas.

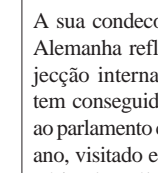


Madalena Neves



Conseguiu em 2004 dar visibilidade ao sector da agropecuária e ambiente. Segundo ela, a agricultura está a passar de problema a solução para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Aristides Lima



A sua condecoração pela Alemanha reflecte a projecção internacional que tem conseguido imprimir ao parlamento cabo-verdiano, visitado este ano por vários homólogos seus - Alemanha, Itália, Portugal e da CEDEAO. Internamente, também marcou pontos ao recusar o relatório da CPI da Enacol por entender que o mesmo não cumpria com os requisitos legais. Uma decisão rara e corajosa nos anais do nosso parlamento que lhe mereceu a incompreensão dos seus pares do PAICV.

Jorge Figueiredo



Contra as previsões conseguiu chegar à CM do Sal derrotando a candidata do PAICV, Sara Lopes. Mas o seu sucesso parece sol de pouca dura. O recente e polémico aumento do preço de terrenos, com correcções superiores a 2 mil por cento, corre o risco de marcar o fim da sua lua-de-mel com o eleitorado salense.

Isaura Gomes

A primeira mulher a ser eleita presidente de uma câmara municipal do país, ainda por cima de uma autarquia com o peso político de São Vicente. Género à parte, a sua eleição foi também um prémio à persistência, já que não era a primeira vez que concorria ao lugar.

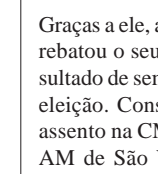


Eugénio Veiga



O mais antigo autarca do país neste momento. O único que conseguiu quatro maiorias absolutas consecutivas.

António Monteiro



Graças a ele, a UCID arrebatou o seu maior resultado de sempre numa eleição. Conseguiu um assento na CM e três na AM de São Vicente, o que lhe permite sonhar com as legislativas de 2006.

Jorge Santos



Pelo barulho que causou com o seu regresso ao MpD e por, contra ventos e marés, chegar a ponto de quase ganhar a convenção, é também um destaque deste 2004.

FORA DE CENA



Eurico Monteiro
Depois de quase 10 anos de glória a presidência do PCD. Sobreviverá o partido laranja ao adeus do seu líder fundador?

Olavo Correia

Depois de vários anos cesso, em Agosto, funções de governador do BCV. Actualmente trabalha na Tecnecil.



Ildo Lobo

A saudade cresce. A pergunta permanece: Ildo, pa-modi?

Ano Nobu

O ano começou mal. A 14 de Janeiro morreu Anu Nobu, aos 71 anos. Natural de São Domingos, era considerado um dos mais prolíferos compositores de Cabo Verde.



Mino di Mamã

Referência musical da ilha do Fogo, faleceu em Junho, aos 87 anos. Deixou um CD, hoje uma relíquia, para os apreciadores dos ritmos fogueuses.



Beitz

Um dos primeiros pintores modernos de Cabo Verde. Bernardo Oliveira, de seu nome de baptismo, morreu aos 60 anos, a 26 de Julho, em Portugal.



Dr. Fonseca



Figura quase lendária de São Vicente, pelo denodo com que se dedicou à medicina e à população mindelense, sendo por isso conhecido por cirurgião do povo. José Duarte Fonseca, vulgo Dr. Fonseca, morreu em Junho, aos 94 anos, em Portugal.

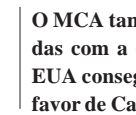
DIPLOMACIA

Donald Johnson



A escolha de Cabo Verde para integrar o MCA passa por ele, certamente. A sua acção entre nós tem passado por apoios tanto à luta contra a pobreza quanto à democracia, através de entidades como a AJOC, Fundação Direito e Cidadania ou Associação Zé Moniz. Talvez não seja exagero dizer que Johnson é o melhor embaixador que os EUA já colocaram em Cabo Verde.

José Brito



O MCA também passa por ele. De mãos dadas com a comunidade cabo-verdiana nos EUA conseguiu estabelecer uma corrente a favor de Cabo Verde. De tal modo que, hoje,

é visível a quantidade de iniciativas de compatriotas nossos nos States em relação ao país natal.



Luís Fonseca

O primeiro cabo-verdiano a ocupar a mais alta função a nível da CPLP, a de secretário-executivo. O seu teste de fogo foi a mediação da crise na Guiné-Bissau, de que saiu relativamente bem.

Mascarenhas Monteiro

O seu nome foi aventado para dirigir uma missão de bons ofícios da Francofonia ao Haiti, o que atesta o seu prestígio pessoal a nível externo. Discretamente, tem vindo a apoiar, através da Fundação Esperança, a formação de jovens cabo-verdianos.



Social

D. Arlindo Furtado

O acto da sua ordenação, na Praia, foi um dos mais importantes eventos do ano em Cabo Verde. Com o Bispo fundador da Diocese do Mindelo, a igreja nestas ilhas começou uma nova caminhada.



Artur Correia

Sob a sua coordenação, o CCS-Sida teve o seu desempenho avaliado como altamente positivo pelo Banco Mundial.



Adélcia Pires

Pelo trabalho que a fundação por ela dirigida, Infância Feliz, vem realizando em prol das crianças no país.



Carlos Veiga

Ainda que sob a contestação e suspeição de uma parte importante dos advogados, foi eleito bastonário da OACV.



Empresa do Ano

O BCN que vem engrossar o grupo de bancos comerciais existentes no país, rompendo assim o monopólio luso prevalecente no sector.

Negócios do Ano

- Compra do MindelHotel
- Compra da Ceris pela Cavibel
- Compra dos navios Sotavento e Barlavento pela Sociedade Polar.

CULTURA



João Branco

Por ter publicado um livro precioso sobre a história do teatro em Cabo Verde, "Nação Crioula". E também por manter acesa a chama do Mindelact, que este ano completou 10 anos de existência.

CAMPO



Quando o problema vira solução

O mundo rural vem passando por uma reviravolta, possível graças aos investimentos feitos na captação de água, modernos métodos de rega e não só. Graças a isso, o campo começa a emergir e a ocupar o seu lugar na agenda da política pública. Apesar de ter sido um mau ano agrícola, não foram poucas as notícias em 2004 a darem conta da grande transformação que vem tendo lugar nesse sector. Até uma feira de produtos agrícolas, imagine-se, aconteceu nestes 12 meses, um claro sinal dos novos tempos.

De fonte de problemas, a agricultura tende a tornar-se uma via para o desenvolvimento de Cabo Verde, como deu a entender a ministra Madalena Neves, em Outubro, em entrevista ao **A Semana**. Ela apontava as acções realizadas pelo seu ministério para mostrar que esse sector é, sim, possível em Cabo Verde. “Queremos que a agricultura moderna seja considerada como um sector de investimento e de desenvolvimento privado. Os dados estão aí para provar que com a introdução de novos sistemas de rega os rendi-

mentos são multiplicados por dois ou três”, dizia.

Apesar do mau ano agrícola (o pior dos últimos 15 anos, segundo as autoridades), agravado pela praga de gafanhotos e dos muitos problemas que afectam o sector agrícola, pecuário e ambiental, o país começa a despertar para a revolução verde que vem tendo lugar nos campos destas ilhas. Uma “revolução” conseguida em grande parte graças à introdução e popularização da gota-a-gota e da acção das associações comunitárias, que têm vindo a trocar o trabalho quase parasitário das Faimo por algo mais útil e rentável.

A promoção de uma série de iniciativas tendo a agricultura e o ambiente como foco, incluindo o Plano Nacional da Agricultura, avaliado em 40 milhões de dólares, o número de reportagens a darem conta de como a gota-a-gota vai conquistando novos adeptos pelo país, e até a realização na Praia de uma feira de produtos agrícolas, algo impensável até então, ajudaram a colocar o sector na ordem do dia em 2004.

Outra medida importante, desta feita ligada ao ambiente, foi a aprovação este ano do PANA II, financiado em 350 milhões de euros pela Holanda e que visa imprimir uma grande transformação nos campos de Cabo Verde nos próximos 10 anos, a contar de 2005. É que uma agricultura moderna e sã só será possível mediante uma correcta política ambiental, que tenha como seu centro de preocupação a conservação dos solos, a captação de água, a exploração responsável dos recursos marinhos e outros campos relevantes tanto para o desenvolvimento do sector agrícola, como para a pecuária e a pesca.

No caso da pesca, o grande benefício foi o levantamento do embargo por parte da União Europeia ao pescado cabo-verdiano. Deste modo, os operadores retomaram a exportação para o mercado europeu depois de algum período de interrupção. A assinatura de importantes acordos com o Senegal, a Mauritânia e Angola aumentaram, outrossim, as expectativas dos operadores já que embarcações cabo-verdianas vão poder actuar nas

águas desses países e vice-versa.

Mas nem só de boas notícias foi feito o ano na agricultura, ambiente e pescas, diga-se também. Incêndios florestais no Fogo e em Santo Antão, a sobre-exploração dos recursos florestais na ilha do Maio, a apanha intensiva de areia em algumas praias de Santiago, deixando-as nalguns casos completamente devastadas, foram também notícia neste 2004.

No caso da apanha de areia é sabido que ela está directamente associada à falta de meios de sobrevivência das populações desvalidas, que geralmente não têm outro meio senão esse para garantir a sua sobrevivência. A isso se junta a estafada importação da areia da Mauritânia que nunca mais se concretiza, acontecendo o mesmo com a política de crédito tantas vezes anunciada mas que nunca chega. Afinal, se como diz Madalena Neves o investimento na agricultura pode ser multiplicado por dois ou por três, por que razão os recursos não são alocados para esse multiplicar dos frutos?

A reviravolta em Santo Antão

Santo Antão, mas também São Nicolau, Fogo e Santiago, é o espelho da reviravolta que vem tendo lugar no campo e que visa devolver a esperança aos camponeses e produtores privados.

Definidas seis bacias hidrográficas - Picos e Engenho, em Santiago; Alto Mira e Ribeira da Torre, em Santo Antão; Fajã e Ribeira Prata, em São Nicolau - este ano arrancaram as obras em Alto Mira e na Ribeira da Torre. Uma boa notícia para a população das zonas rurais porquanto, com tais projectos, se vai delinear uma gestão mais ajustada dos recursos hídricos, da bioflora e da fauna, bem como das acessibilidades. Preservam-se assim esses locais da actividade descontrolada e, por vezes, devastadora do homem que na ânsia de produzir mais ou de construir estradas não se preocupa com a biodiversidade.

Além do mais, as obras nessas bacias hidrográficas permitem desde logo criar algumas centenas de postos de trabalho, numa altura em que os resultados da agricultura pluvial ficaram muito aquém das expectativas criadas com as chuvas de Agosto último.

Outro motivo de regozijo é o facto de se ter dado início este ano à construção de infra-estruturas de médio e grande porte para reter e conservar as águas das chuvas, designadamente represas e barragem. Aliás, em Outubro, inaugurou-se a represa de Ribeira de Duque, Santo Antão, e esta semana começaram as obras da barragem de Poilão, em Santiago, que terá capacidade para conservar 1,7 milhões de toneladas de água e cujos custos devem rondar 4 milhões de dólares em vez dos 2 milhões inicialmente previstos.

Essas infra-estruturas terão um papel fundamental não só no aumento da capacidade de água para a rega, mas também para preservar os lençóis freáticos da exploração exaustiva a que são submetidos ao longo do ano. É que, retendo milhares de toneladas de água na época das chuvas, a barragem ou as represas podem

abastecer os agricultores durante um determinado período, permitindo que nessas alturas a exploração dos furos ou poços se faça menos intensivamente.

Este ano foi marcado também pela iniciativa insólita dos produtores de Santo Antão em promover uma mesa-redonda para não só discutirem com os poderes públicos os problemas que afectam o sector agro-pecuário na ilha, mas também para buscar forma de tornar as actividades do campo mais produtivas. Uma linha de crédito especial para o sector, com juros adequados e reembolsos ajustados ao ciclo de produção. Isso porque se constatou que a política de microcrédito para o sector - em que se aplicam juros superiores aos bancos comerciais, ou seja, taxas que variam de 20 a 36% - tem sido o ponto fraco da estratégia da modernização do campo, pois desestimula o investimento privado na agro-pecuária.

De todo o modo, notou-se neste 2004 uma reviravolta no sentido de modernizar essa actividade económica. Os poderes públicos começaram a escutar as preocupações dos agricultores e a debater com eles as políticas viradas para o sector; mas também os próprios produtores demonstram maior abertura. Ao que tudo indica, os que labutam nesse sector deram-se conta de que não é com lamúrias que se desenvolvem as actividades do campo, mas com trabalho e diálogo permanente. E, dessa conjugação de mudanças, já surgiram resultados encorajadores: massificação da rega gota-a-gota nas ilhas de maior vocação agrícola, aposta na horticultura e fruticultura em alternativa à monocultura de cana-sacarina; melhoramento de raças de bovinos, caprinos, ovinos, suínos, etc.

Introduziram-se também variantes de tubérculos e hortícolas resistentes a pragas, e graças a isso aumentou-se o nível de produção e de produtividade deste tipo de cultura para abastecer melhor o mercado. Em Santo Antão, vai-se retomando a produção da mandioca a um nível bastante satisfatório justamente porque

se introduziu uma espécie resistente ao vírus do mosaico africano (que quase dizimou esse tubérculo nos anos anteriores).

Outrossim, delinearam-se medidas para corrigir “erros cometidos no passado”, apostando mais nos centros de investigação, de modo a combater as pragas e doenças, mas também para introduzir técnicas e espécies capazes de propiciar tanto a modernização do sector, como o aumento da produção e produtividade. A reabertura da delegação do INIDA na ilha das montanhas enquadra-se nessa perspectiva.

Após anos de embargo imposto aos produtos agrícolas de Santo Antão, este ano os proprietários tiveram uma promessa concreta e que os vai ajudar a driblar o bloqueio aos seus produtos. A ministra Madalena Neves prometeu criar uma unidade de expurgo para avaliar, conservar e embalar os produtos santantonenses, de modo a que tenham acesso ao mercado das outras ilhas sem o perigo de disseminar a praga do milpés.

Por seu lado, os produtores da mesma ilha decidiram instituir um fórum permanente de diálogo e concertação com os poderes públicos, para justamente acompanhar o desenvolvimento desta actividade económica de que dependem cerca de 70 por cento dos residentes.

Feito o balanço, constata-se que, apesar da falta de chuva e de alguma “teimosia” dos agricultores de sequeiro em apostar na cultura do milho, registaram-se mudanças no campo. Os agricultores vão aderindo às novas tecnologias de rega, as associações comunitárias envolveram-se nas actividades de conservação de solos e de retenção de água, construíram-se mais reservatórios e estratos de captação, aposta-se mais na produção hortícola, na fruticultura, etc. Falta agora resolver o problema dos créditos para que o sector atraia mais investimentos privados, passando de uma lógica de assistencialismo para a de uma produção rentável.

João Almeida Medina